

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

1º trimestre
2 0 1 6

Sumário

Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações do Fluxo de Caixa	9
1. Contexto operacional	10
2. Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	11
3. Principais práticas contábeis	11
4. Caixa e equivalentes de caixa	11
5. Títulos e valores mobiliários	12
5.1. Títulos públicos federais	12
5.2. Fundo de investimento	12
6. Operações de Crédito	13
6.1. Créditos Imobiliários	13
a) Composição da carteira de crédito imobiliário	13
b) Distribuição por tipo de financiamento	14
c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15
d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	15
6.2. Créditos Comerciais	16
7. Créditos Vinculados	16
7.1. Créditos Vinculados - Circulante	16
7.2. Créditos Vinculados - Não Circulante	17
8. Impostos e contribuições a recuperar	18
8.1. Impostos a compensar ou recuperar	18
8.2. Impostos pagos antecipadamente	18
9. Outros Valores e Bens	19
10. Créditos Vinculados – SFH	20
11. Créditos Adquiridos	20
12. Imobilizado	21
13. Passivos financeiros – Financiamentos	21
14. Obrigações com pessoal	22
15. Obrigações com fornecedores	22
16. Obrigações tributárias	23
17. Juros sobre capital próprio	23
18. Obrigações por repasses	23
19. Obrigações com mutuários	23

20.	Provisão para riscos cíveis	24
a)	Contingências cíveis – Risco provável.....	24
b)	Contingências – Risco possível.....	25
21.	Obrigações com imóveis não de uso	25
22.	Capital Social	25
23.	Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados ..	26
a)	Receitas com juros e similares	26
b)	Despesas com juros e similares	27
c)	Ganhos (perdas) líquidos com ativos financeiros	27
d)	Ganhos (perdas) na recuperação de créditos adquiridos	27
e)	Outras receitas (despesas).....	28
f)	Ganhos (perdas) líquidos com outros recebíveis	28
g)	Resultado com tributos a recuperar	28
h)	Resultado líquido com imóveis não de uso.....	29
i)	Despesas administrativas.....	29
j)	Resultado financeiro.....	30
24.	Remuneração a colaboradores	31
25.	Partes relacionadas	31
a)	Controlador	31
b)	Operações com administradores	31
c)	Transações com partes relacionadas	32
d)	Reembolso de empregados cedidos	32
26.	Gerenciamento de Riscos	33
a)	Risco Financeiro.....	33
b)	Risco Operacional	34
c)	Risco Legal	35
27.	Evento Subsequente	36
	Relatório sobre a revisão de informações intermediárias	37

Balanços Patrimoniais

Em 31 de março de 2016 e 31 dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.03.2016	31.12.2015
Circulante		1.168.513	1.602.596
Caixa e equivalentes de caixa		10.047	38.863
Disponibilidades	4	10.047	38.863
Títulos e valores mobiliários		307.680	425.782
Títulos públicos federais	5.1	215.277	288.880
Fundos de investimento	5.2	92.403	136.902
Operações de Crédito		593.384	683.456
Créditos Imobiliários	6.1	409.256	496.493
Créditos Comerciais	6.2	184.128	186.963
Outros créditos		81.071	85.091
Créditos Vinculados	7.1	81.071	85.091
Tributos a recuperar		70.194	265.711
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	6.649	265.711
Impostos pagos antecipadamente	8.2	63.545	-
Outros Valores e Bens		106.137	103.693
Imóveis não de uso	9	106.137	103.693
Não Circulante		13.321.027	13.119.452
Realizável a Longo Prazo		13.318.546	13.117.375
Operações de Crédito		1.840.184	1.912.889
Créditos Imobiliários	6.1	1.380.078	1.444.334
Créditos Comerciais	6.2	460.106	468.555
Outros Créditos		11.230.708	10.962.536
Créditos vinculados - SFH	10	11.041.028	10.776.660
Créditos adquiridos	11	73.949	72.642
Créditos Vinculados	7.2	115.731	113.234
Outros Valores e Bens		247.654	241.950
Imóveis não de uso	9	247.654	241.950
Imobilizado		2.481	2.077
Imobilizado de uso	12	2.481	2.077
Total do Ativo		14.489.540	14.722.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Balanços Patrimoniais

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.3.2016	31.12.2015
Circulante		2.262.765	2.348.810
Passivos financeiros		1.811.005	1.889.112
Financiamentos	13	1.811.005	1.889.112
Outras obrigações		451.760	459.698
Obrigações com pessoal	14	5.892	5.617
Obrigações com fornecedores	15	23.480	30.303
Obrigações tributárias	16	25.727	18.317
Juros sobre Capital Próprio	17	117.972	114.253
Obrigações por repasses	18	9.810	11.871
Obrigações com mutuários	19	238.397	248.499
Provisão para riscos cíveis	20.a	12.606	12.667
Obrigações com imóveis não de uso	21	17.876	18.171
Não Circulante		2.217.554	2.569.252
Passivos financeiros		2.217.245	2.568.943
Financiamentos	13	2.217.245	2.568.943
Outras obrigações		309	309
Obrigações com pessoal	14	309	309
Patrimônio líquido		10.009.221	9.803.986
Capital social	22	9.057.993	9.057.993
Reservas de lucros		745.993	745.993
Reserva legal		48.918	48.918
Reserva de retenção de lucros		697.075	697.075
Resultado do período		205.235	-
Total do Passivo		14.489.540	14.722.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações de Resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	1° Trim 2016	1° Trim 2015
Receitas com juros e similares	23.a	392.659	362.718
Despesas com juros similares	23.b	(70.226)	(92.497)
Resultado líquido com juros e similares		322.433	270.221
Ganhos (perdas) líquidos com ativos financeiros		(134.901)	(83.931)
Reversões (provisões) líquidas	23.c	(32.729)	25.432
Descontos concedidos/Perdas	23.c	(102.172)	(109.363)
Ganhos (perdas) na recuperação de créditos adquiridos	23.d	98.754	39.354
Outras receitas (despesas)	23.e	1.178	(6.759)
Resultado Intermediário		287.464	218.885
Ganhos (perdas) líquidos com outros recebíveis		4.292	4.460
Receitas operacionais com outros recebíveis	23.f	3.494	3.116
Reversões (provisões) para perdas com outros recebíveis	23.f	798	1.344
Despesas com reversões (provisões) para riscos cíveis	20.a	61	(2.118)
Resultado com tributos a recuperar	23.g	3.484	11.924
Resultado líquido com imóveis não de uso	23.h	(2.459)	(4.340)
Despesas administrativas		(96.996)	(72.226)
Despesas com pessoal	23.i	(4.205)	(3.706)
Despesas com tributos	23.i	(30.394)	(6.042)
Despesas com serviços de terceiros	23.i	(60.573)	(61.028)
Outras despesas administrativas	23.i	(1.824)	(1.450)
Resultado antes de outras receitas e despesas financeiras		195.846	156.585
Receitas Financeiras	23.j	15.736	92.415
Despesas Financeiras	23.j	(6.347)	(6.181)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		205.235	242.819
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado líquido do período		205.235	242.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Descrição	1º Trim 2016	1º Trim 2015
Lucro Líquido do Período	205.235	242.819
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	205.235	242.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31.12.2014	9.057.993	36.723	523.301	-	9.618.017
Resultado do Período				242.819	242.819
Saldo em 31.3.2015	9.057.993	36.723	523.301	242.819	9.860.836

EVENTOS	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31.12.2015	9.057.993	48.918	697.075	-	9.803.986
Resultado do Período				205.235	205.235
Saldo em 31.3.2016	9.057.993	48.918	697.075	205.235	10.009.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações do Fluxo de Caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Descrição	1° Trim/2016	1° Trim/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	415.322	427.775
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	205.235	242.819
Depreciação e amortização	187	205
Resultado na baixa de ativos imobilizados	4	-
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	32.729	(25.432)
(Reversão) provisão para perdas	1.111	4.800
(Reversão) provisão para riscos cíveis	(61)	2.118
Descontos concedidos	71.287	95.496
Perdas com ativos financeiros	30.885	13.866
Despesas financeiras sobre financiamentos	70.226	92.497
Despesas financeiras sobre dividendos / JCP	3.719	1.406
Variações nos ativos	68.084	110.537
(Aumento) redução dos títulos públicos federais	73.603	(191.886)
(Aumento) redução do fundo de investimento	44.499	391.729
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário	98.732	113.419
(Aumento) redução das operações de créditos comerciais	11.284	9.243
(Aumento) redução de créditos adquiridos	(1.306)	(1.069)
(Aumento) redução dos imóveis não de uso	(10.058)	(32.482)
(Aumento) redução de créditos vinculados - SFH	(346.508)	(252.836)
(Aumento) redução de créditos vinculados	2.321	99.716
Aumento (redução) de obrigações com IR/CSLL pagos	(63.545)	(55.352)
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	259.062	30.055
Variações nos passivos	(12.190)	13.106
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	274	234
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	(7.417)	(6.924)
Aumento (redução) de obrigações tributárias	7.411	28.910
Aumento (redução) de obrigações por repasse	(2.061)	(9.015)
Aumento (redução) de obrigações com mutuários	(10.102)	(1.642)
Aumento (redução) de obrigações com imóveis não de uso	(295)	1.543
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	471.216	551.418
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(446.431)	(411.062)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(53.601)	(80.104)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(500.032)	(491.166)
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalente de caixa	(28.816)	60.252
Modificação na posição financeira		
No início do período	38.863	4.667
No fim do período	10.047	64.919
Aumento (Diminuição) líquida do caixa e equivalente de caixa	(28.816)	60.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

a) Introdução

A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital integralmente da União, criada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Tem como objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Com sede em Brasília, Distrito Federal, é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 8.590, de 15 de dezembro de 2015 e pela legislação aplicável.

A EMGEA está situada no Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja e 1º Subsolo – Edifício São Marcus, em Brasília (DF) – CEP 70.070-902.

b) Informações sobre a constituição e forma de atuação

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Em contrapartida, assumiu passivos de responsabilidade da CAIXA com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda (FAHBRE) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em montante correspondente ao valor da cessão.

Desde então, a EMGEA tem atuado para o restabelecimento do fluxo financeiro de seus ativos, de forma a assegurar o equilíbrio financeiro da Empresa e minimizar a necessidade de aporte de capital por parte do Tesouro Nacional.

Parte significativa dos créditos recebidos quando da constituição da Empresa possui baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade. Diante disso e com base em seu fluxo de caixa projetado, a Administração da EMGEA avalia em conjunto com o Acionista Controlador se existe o indicativo da necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social para que seja mantido o equilíbrio financeiro da Empresa.

É de se ressaltar, por outro lado, que a EMGEA tem implantado medidas de incentivo à regularização dos contratos, capazes de acelerar liquidações, bem como

a reestruturação de seus créditos, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também incremento do ingresso de recursos.

A administração da carteira de financiamentos imobiliários e comerciais, que envolve acompanhamento, controle e cobrança administrativa e judicial dos contratos cedidos, é feita pela CAIXA, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com aquela Instituição.

Por se tratar de empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, de natureza não financeira, a EMGEA não possui nenhuma exigência de capital referida por órgãos externos e/ou reguladores.

2. Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

a) Base de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações intermediárias, conforme Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) aprovado pela Resolução nº 1.174/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A emissão destas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva em 29 de novembro de 2016.

3. Principais práticas contábeis

As políticas e métodos contábeis adotados no primeiro trimestre foram aplicados consistentemente com os mesmos critérios utilizados no encerramento de exercício de 2015.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Disponibilidade em moeda nacional (caixa)	768	908
Operações compromissadas (i)	9.279	37.955
Total	10.047	38.863

(i) Refere-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela CAIXA Econômica Federal. A rentabilidade do 1º trimestre foi de 4,00% (no exercício de 2015 foi de 12,71%).



5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Títulos públicos federais

As aplicações em fundos exclusivos descritos a seguir são administrados pela CAIXA que possuem recursos aplicados em títulos de renda fixa.

Conforme definido no regulamento do fundo de investimento, as cotas não possuem prazo de carência para resgates, os quais podem ocorrer a qualquer tempo.

Todas as aplicações nos fundos de investimentos estão marcadas pelo valor de cota do fundo divulgada na data do balanço, e o fundo adota o valor justo como critério de avaliação da sua carteira de ativos.

Considerando que esses fundos são exclusivos da EMGEA, para fins de apresentação, estão sendo apresentados de forma segregada por tipo de aplicação. As características de cada fundo e ativos aplicados estão descritos a seguir.

i. Em 31 de março de 2016:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	106.520	106.521	1	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	71.475	71.523	48	7 a 12 meses
Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F)	37.192	37.233	41	7 a 12 meses
Total	215.187	215.277	90	

ii. Em 31 de dezembro de 2015:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	167.549	167.521	(28)	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	121.407	121.359	(48)	7 a 12 meses
Total	288.956	288.880	(76)	

5.2. Fundo de investimento

i. Em 31 de março de 2016:

Quotas de Fundo de Investimento:

Descrição	Qtda Quota	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extra-Mercado FAE 2 (i)	66.787.836	1,3849125640	92.496
Bloqueio Judicial (ii)			(93)
Total			92.403

ii. Em 31 de dezembro de 2015:

Quotas de Fundo de Investimento:

Descrição	Qtda Quota	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extra-Mercado FAE 2 (i)	102.710	1,333798597	136.995
Bloqueio Judicial (ii)			(93)
Total			136.902

(i) Refere-se ao valor das cotas do Fundo BB Extramercado FAE 2 com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média bruta foi de aproximadamente 3,83% no primeiro trimestre de 2016 (no exercício de 2015 foi de 12,67%).

(ii) Refere-se ao valor de bloqueio judicial reclassificado para créditos vinculados (nota 7.1).

6. Operações de Crédito

6.1. Créditos Imobiliários

O saldo dos recebíveis de operações de crédito imobiliário é composto por contratos de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2029.

a) Composição da carteira de crédito imobiliário

A composição da carteira de crédito imobiliário é a seguinte:

i. Em 31 de março de 2016:

Descrição	31.3.2016		Total
	Circulante	Não Circulante	
Saldo devedor (i)	326.124	1.619.483	1.945.607
Valores a receber (ii)	559.408	11.639.745	12.199.153
Rendas a apropriar (iii)	(205.843)	(5.646.871)	(5.852.714)
Diferencial de juros (iv)	(62)	(38.077)	(38.139)
Outros valores (v)	4.024	-	4.024
Deságio (vi)	(24.589)	(74.534)	(99.123)
Subtotal	659.062	7.499.746	8.158.808
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(249.806)	(6.119.668)	(6.369.474)
Total	409.256	1.380.078	1.789.334

ii. Em 31 de dezembro de 2015

Descrição	31.12.2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo devedor (i)	442.584	2.345.027	2.787.611
Valores a receber (ii)	541.407	10.979.706	11.521.113
Rendas a apropriar (iii)	(195.597)	(5.629.117)	(5.824.714)
Diferencial de juros (iv)	(62)	(41.554)	(41.616)
Outros valores (v)	4.382	-	4.382
Deságio (vi)	-	(101.720)	(101.720)
Subtotal	792.714	7.552.342	8.345.056
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(296.221)	(6.108.008)	(6.404.229)
Total	496.493	1.444.334	1.940.827

(i) O saldo devedor corresponde às parcelas vincendas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(ii) O saldo de valores a receber corresponde às parcelas vencidas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(iii) Refere-se as receitas de operações de crédito vencidas a partir do 60º dia.

(iv) O diferencial de juros, instituído pela Lei nº 10.150/2000, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do FCVS e os juros estabelecidos para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.

(v) Outros valores incluem os valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.

(vi) O Deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos imobiliários decorrentes do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de 30.9.2014.

b) Distribuição por tipo de financiamento

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de março de 2016:

Tipo	31.3.2016		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa Física	290.446	5.510.687	5.801.133
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(228.142)	(3.787.382)	(4.015.524)
Deságio	-	(99.123)	(99.123)
Total Pessoa Física	62.304	1.624.182	1.686.486
Pessoa Jurídica - Setor Privado	-	2.428.285	2.428.285
Pessoa Jurídica - Setor Público	-	24.489	24.489
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Privado	-	(2.353.950)	(2.353.950)
Total pessoa jurídica	-	98.824	98.824
Outros valores	-	4.024	4.024
Total	62.304	1.727.030	1.789.334

ii. Em 31 de dezembro de 2015:

Tipo	31.12.2015		Total
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	
Pessoa Física	304.400	5.612.492	5.916.892
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(236.402)	(3.802.839)	(4.039.241)
Deságio	(870)	(100.850)	(101.720)
Total pessoa física	67.128	1.708.803	1.775.931
Pessoa Jurídica - Setor Privado	-	2.498.678	2.498.678
Pessoa Jurídica - Setor Público	-	26.824	26.824
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Privado	-	(2.364.981)	(2.364.981)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Público	-	(7)	(7)
Total pessoa jurídica	-	160.514	160.514
Outros valores	-	4.382	4.382
Total	67.128	1.873.699	1.940.827

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira por faixa de atraso está demonstrada a seguir:

i. Em 31 de março de 2016:

Faixa de Atraso	Valor da provisão
Setor Privado - Pessoa Física e Pessoa Jurídica	
De 0 a 60 dias	966.549
De 61 a 180 dias	37.548
De 181 a 360 dias	30.380
Acima de 360 dias	5.334.997
Total	6.369.474

ii. Em 31 de dezembro de 2015:

Faixa de Atraso	Valor da provisão
Setor Privado – Pessoa Física e Pessoa Jurídica	
De 0 a 60 dias	1.031.775
De 61 a 180 dias	30.744
De 181 a 360 dias	30.729
Acima de 360 dias	5.310.974
Setor Público	
De 181 a 360 dias	7
Total	6.404.229

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

No período, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Saldo Inicial	(6.404.229)	(6.608.184)
Reversão de provisões	118.424	914.933
Reforço de provisões	(83.669)	(710.978)
Movimentação líquida nas provisões	34.755	203.955
Saldo final	(6.369.474)	(6.404.229)

6.2. Créditos Comerciais

Referem-se aos créditos transferidos à EMGEA pela CAIXA, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, representados por contratos comerciais perante pessoas físicas.

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Circulante	184.128	186.963
Saldo Devedor (i)	2.160.683	2.182.383
Deságio - Créditos Comerciais	(1.976.555)	(1.995.420)
Não Circulante	460.106	468.555
Saldo Devedor (i)	3.410.922	3.447.955
Deságio - Créditos Comerciais	(2.950.816)	(2.979.400)
Total	644.234	655.518

(i) Composto por contratos perante pessoas físicas, de baixo valor, originados de financiamentos de Minha Casa Melhor, bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo e crédito direto ao consumidor.

7. Créditos Vinculados

Referem-se aos créditos vinculados às operações de créditos imobiliários, comerciais, de imóveis não de uso e outros valores cuja, composição é a seguinte:

7.1. Créditos Vinculados - Circulante

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Créditos Vinculados	200.950	207.898
Movimentação financeira - CAIXA (i)	53.138	66.359
Desembolso com execuções a recuperar (ii)	57.464	56.253
Repasse com Seguro/FCVS/FGTS	30.283	29.288
Débitos remanescentes (iii)	11.881	11.881
Indenizações de sinistros a receber (iv)	11.713	13.727
Valores a apropriar (v)	31.719	25.898
Créditos a receber na Novação do FCVS (vi)	4.124	4.074
FGTS a Receber (vii)	230	247
Outros recebíveis (viii)	290	62
Bloqueios judiciais (ix)	108	109
Provisões para perdas	(119.879)	(122.807)
Provisão desembolso de execução a recuperar	(51.721)	(50.629)
Provisão de repasse Seguro/FCVS/FGTS	(30.283)	(29.288)
Provisão perdas débitos remanescentes	(11.882)	(11.881)
Provisão s/ valores a repassar - Comerciais	(25.993)	(31.009)
Total	81.071	85.091

- (i) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários e créditos comerciais, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.
- (ii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.
- (iii) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação.
- (iv) Saldo a receber da seguradora, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.
- (v) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.
- (vi) Valores a receber decorrentes de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação de créditos perante o FCVS.
- (vii) Saldo a receber do FGTS referente a valores utilizados nas liquidações e nas reestruturações de operações de crédito imobiliário.
- (viii) Referem-se, principalmente adiantamento de férias e treinamento (MBA) dos funcionários.
- (ix) Referem-se a valores bloqueados em conta corrente e nos fundos de investimentos da Empresa, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais na esfera passiva de créditos imobiliários.

7.2. Créditos Vinculados - Não Circulante

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Créditos Vinculados	408.363	403.736
Créditos a receber da União - retenção indevida de IR (i)	170.412	168.444
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (ii)	154.016	153.738
Depósitos judiciais (iii)	28.574	27.124
PLD - seguro de crédito (iv)	6.349	6.285
Permuta de Créditos com a CAIXA – Saldo de Reposicionamento (v)	49.012	48.145
Provisões para perdas	(292.632)	(290.502)
Provisão de créditos a receber da União - retenção indevida de IR (vi)	(170.412)	(168.444)
Provisão de valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (vii)	(115.871)	(115.773)
Provisão de PLD - seguro de crédito	(6.349)	(6.285)
Total	115.731	113.234

(i) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional, em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

(ii) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(iii) Referem-se a depósitos judiciais feitos pela EMGEA decorrente de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais até o ajuizamento e encerramento do processo.

(iv) Perda líquida definitiva (PLD) – seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

(v) Refere-se à diferença em favor da EMGEA decorrente do reposicionamento dos créditos habitacionais e comerciais adquiridos mediante o Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a CAIXA e a EMGEA de 30.9.2014, conforme Termo Aditivo ao Instrumento Particular formalizado em 30.1.2015. Conforme previsto contratualmente, o valor da diferença é atualizado com base no percentual nominal de 5,37% a.a, acrescido de Taxa Referencial – TR.

(vi) A Administração constituiu provisão para perdas na totalidade do valor dos créditos de R\$ 170.412 tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável. A Empresa apelou da sentença que lhe foi desfavorável, e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi classificado como “possível”.

(vii) A provisão para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

8. Impostos e contribuições a recuperar

8.1. Impostos a compensar ou recuperar

i. Em 31 de março de 2016:

Tributos	Saldo em 31/12/2015	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.3.2016
IRPJ	183.809	-	2.434	(181.599)	(520)	4.124
CSLL	80.701	-	1.035	(71.321)	(9.106)	1.309
COFINS	1.170	-	14	-	-	1.184
PASEP	31	-	1	-	-	32
Total dos créditos	265.711	-	3.484	(252.920)	(9.626)	6.649
Provisão para perdas na recuperação	-	-	-	-	-	-
Crédito líquido	265.711	-	3.484	(252.920)	(9.626)	6.649

No primeiro trimestre de 2016, a Receita Federal do Brasil - RFB restituiu à EMGEA o valor de R\$ 252.920 mil, o que representa quase a integralidade do saldo de créditos tributários da Empresa em 31.12.2015.

ii. Em 31 de dezembro de 2015:

Tributos	Saldo em 31.12.2014	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.12.2015
IRPJ	557.201	3.480	25.292	(177.119)	(225.045)	183.809
CSLL	362.008	1.210	14.202	(296.719)	-	80.701
COFINS	3.636	(618)	131	(1.979)	-	1.170
PASEP	29	-	2	-	-	31
Total dos créditos	922.874	4.072	39.627	(475.817)	(225.045)	265.711
Provisão para perdas na recuperação	(59.016)	59.016	-	-	-	-
Crédito líquido	863.858	63.088	39.627	(475.817)	(225.045)	265.711

8.2. Impostos pagos antecipadamente

A EMGEA recolheu no primeiro trimestre de 2016 o valor de R\$ 63.545 mil a título de antecipações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (R\$ 46.722 mil) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (R\$ 16.823 mil).

9. Outros Valores e Bens

Esse grupo de ativos inclui imóveis adjudicados, arrematados ou recebidos em dação em pagamento de saldos devedores de financiamentos imobiliários.

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Circulante	106.137	103.693
Imóveis não de uso	127.250	124.233
Provisão para desvalorização	(21.113)	(20.540)
Não Circulante	247.654	241.950
Imóveis não de uso	296.917	289.877
Provisão para desvalorização	(49.263)	(47.927)
Total	353.791	345.643

Estes ativos, representados por imóveis não de uso de propriedade da EMGEA, podem não ser alienados em sua totalidade no prazo de 1 (um) ano, em razão das características dos imóveis quanto ao estado de ocupação, localização pulverizada pelo país, despesas próprias do bem vencidos a regularizar, estado físico dos imóveis e impedimentos judiciais à venda. Tais características implicam na necessidade de ações de administração para disponibilização do imóvel ao mercado, inclusive com participação de audiências de conciliação na Justiça Federal, ressaltando que na venda a EMGEA deve seguir o rito licitatório definido pela Lei 8.666/93.

Para os imóveis com pendências judiciais impeditivas de venda, é constituída provisão para desvalorização correspondente ao percentual de 100% do valor contábil.

A movimentação ocorrida nos períodos foram as seguintes:

i. Em 31 março de 2016:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2015	414.110
Adições	25.238
Alienações	(15.181)
Saldo em 31 de março de 2016	424.167

ii. Em 31 dezembro de 2015:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2014	315.678
Adições	227.165
Alienações	(128.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	414.110



10. Créditos Vinculados – SFH

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

A EMGEA, com base na autorização prevista na MP nº 2.196/2001, de 24 de agosto de 2001, vem realizando permutas dos títulos CVS adquiridos nas novações e negociações, pelo seu valor de face, com o Tesouro Nacional, por títulos públicos federais, de maior liquidez.

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de março de 2016:

Situação dos contratos	31.3.2016		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	369.386	(171.764)	197.622
Habilitados e não homologados (ii)	604.901	(179.218)	425.683
Habilitados e homologados (iii)	13.672.461	(3.254.738)	10.417.723
Saldo	14.646.748	(3.605.720)	11.041.028

ii. Em 31 de dezembro de 2015:

Situação dos contratos	31.12.2015		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	430.364	(190.889)	239.475
Habilitados e não homologados (ii)	603.099	(178.498)	424.601
Habilitados e homologados (iii)	13.337.944	(3.225.360)	10.112.584
Saldo	14.371.407	(3.594.747)	10.776.660

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise e habilitação na CAIXA (Prestadora de Serviços da EMGEA).

(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.

(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

11. Créditos Adquiridos

Referem-se a créditos adquiridos pela EMGEA decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas à resolução da condição pro solvendo, estabelecida nos contratos originais de aquisição e reposicionamento dos ativos. Os saldos são atualizados com base nos encargos financeiros previstos contratualmente.

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Valores a receber – Entes da Federação (i)	73.949	72.642
Total	73.949	72.642

(i) Refere-se aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, em títulos CVS ou créditos com o FCVS, conforme Oitavo Termo Aditivo ao Instrumento de Aquisição de Ativos, formalizado em 26 de fevereiro de 2016.

12. Imobilizado

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

i. Em 31 de março de 2016:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2015	Movimentação			Saldo líquido em 31.3.2016	Custo em 31.3.2016	Depreciação acumulada em 31.3.2016
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	725	-	(143)	103	685	2.260	(1.575)
Sistemas de informática	1.352	595	(732)	581	1.796	6.370	(4.574)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	376	(376)
Total	2.077	595	(875)	684	2.481	9.006	(6.525)

ii. Em 31 de dezembro de 2015:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2014	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2015	Custo em 31.12.2015	Depreciação acumulada em 31.12.2015
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	810	63	-	(148)	725	2.403	(1.678)
Sistemas de informática	2.007	5	-	(660)	1.352	6.508	(5.156)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	376	(376)
Total	2.817	68	-	(808)	2.077	9.287	(7.210)

13. Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União, com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e com a Caixa Econômica Federal (CAIXA).

A composição dos saldos é a seguinte:

Credor	31.3.2016	Vencimento Final	Encargos
FGTS (i)	4.000.834	2029	Variação da TR + juros de 5,03% a.a
FDS	1.664	2019	Variação da TR + juros de 0,5% a.a
CAIXA (ii)	25.752	2017	Variação da TR + juros de 6,06% a.a
Total	4.028.250		
Passivo circulante	1.811.005		
Passivo não circulante	2.217.245		

Credor	31.12.2015	Vencimento Final	Encargos
FGTS (i)	4.424.964	2029	Variação da TR + juros de 5,03% a.a
FDS	1.772	2019	Variação da TR + juros de 0,5% a.a
CAIXA (ii)	31.319	2017	Variação da TR + juros de 6,06% a.a
Total	4.458.055		
Passivo circulante	1.889.112		
Passivo não circulante	2.568.943		

(i) Com base na Resolução no. 752/2014 do Conselho Curador do FGTS formalizou-se em 30.12.2014, o Instrumento Particular de Confissão e Repactuação de Condições de Dívida, entre a CAIXA e o FGTS, por meio do qual foi feita repactuação, em termos de taxas de juros e prazos para pagamento do passivo.

(ii) Em abril de 2014, após o equacionamento de pendências decorrente das Cessões de Créditos com a CAIXA, foi assumido um passivo perante aquela Instituição.

14. Obrigações com pessoal

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Circulante	5.892	5.617
Férias a pagar	1.682	1.542
Salários a pagar	1.046	909
Participação no lucro - Administradores	835	835
Participação no lucro - Empregados	1.433	1.433
INSS a recolher	666	642
FGTS a recolher	230	256
Não Circulante	309	309
Participação no lucro - Administradores	309	309
Total	6.201	5.926

15. Obrigações com fornecedores

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
CAIXA - prestação de serviços (i)	20.242	27.412
Pessoal requisitado de terceiros	2.456	2.398
Fornecedores de bens e serviços	782	493
Total	23.480	30.303

(i) Valores a pagar à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA à EMGEA.

16. Obrigações tributárias

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
COFINS	7.115	13.785
PASEP	1.241	2.323
IRRF / ISS	343	515
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.426	1.694
IRPJ (i)	11.070	-
CSLL (i)	4.532	-
Total	25.727	18.317

(i) Referem-se às antecipações de IRPJ e CSLL no primeiro trimestre de 2016.

17. Juros sobre capital próprio

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Dividendos/Juros sobre capital próprio (i)	117.972	114.253
Total	117.972	114.253

(i) Referem-se aos valores de Dividendos/JCP dos exercícios de 2015 e 2014 atualizados pela taxa SELIC até a referência.

18. Obrigações por repasses

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Valores a ressarcir (i)	6.355	7.996
Seguros a pagar	3.414	3.841
Subsídios contratos do FGTS (ii)	35	28
FCVS a pagar	6	6
Total	9.810	11.871

(i) Valores relativos a desembolsos com execução judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários e repasses de IOF de créditos comerciais, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.

(ii) Tratam-se de valores a serem restituídos ao FGTS relativo ao subsídio concedido aos mutuários detentores de financiamentos habitacionais contratados na forma da resolução CC FGTS 289/1998, em função desses contratos terem sido liquidados antecipadamente, amortizados extraordinariamente ou transferidos.

19. Obrigações com mutuários

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Diferença de prestações pagas a maior	81.453	82.148
Saldos credores	76.593	75.935
Pendência de arrecadação e cadastro (i)	59.640	67.363
Valores a apropriar (ii)	18.556	20.738
FGTS-SFH-quotas utilizadas pagamento prestação crédito imobiliário	2.155	2.315
Total	238.397	248.499

- (i) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA.
- (ii) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para apropriação no saldo devedor dos contratos. Esses valores estão correlacionados a registros devedores de mesma natureza

20. Provisão para riscos cíveis

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

a) Contingências cíveis – Risco provável

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas à revisão de indexadores contratuais, na metodologia utilizada para constituição da provisão, as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes.

Para as ações rotineiras, na constituição da provisão foi utilizado o histórico dos valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.

Para as ações relevantes, o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R\$ 12.605 (R\$ 12.667 em 2015), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

i. Em 31 de março de 2016:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.667
Adições	-
Reversões	(61)
Saldo em 31 de março de 2016	12.606

ii. Em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.525
Adições	6.561
Reversões	(6.419)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.667

b) Contingências – Risco possível

Não há contingências classificadas como de risco possível.

21. Obrigações com imóveis não de uso

Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela prestação de serviços de administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

Descrição	31.3.2016	31.12.2015
Desembolso com Imóveis não de uso	17.876	18.171
Total	17.876	18.171

22. Capital Social

Descrição	Capital Social
Saldo em 31.12.2015	9.057.993
Saldo em 31.3.2016	9.057.993

O Capital Social da EMGEA, em 31 de março de 2016, permanece no valor de R\$ 9.057.993, totalmente integralizado pela União.

No exercício de 2012 foi autorizada e registrada contabilmente a redução do Capital Social mediante a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 10.952.226. Com a referida redução, o Capital Social passou de R\$ 20.010.219 para R\$ 9.057.993.

Em 2014, a Assessoria Jurídica da então Controladoria Geral da União - CGU manifestou entendimento divergente ao adotado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN quanto à necessidade de edição de decreto autorizativo, preliminarmente à concretização da redução do capital efetuada pela Empresa em 2012.

Em decorrência de tal divergência a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional, do Tribunal de Contas da União – TCU autuou, em 15.11.2015, representação questionando a autorização concedida pelo Senhor Ministro da Fazenda para citada redução.

Em 15.12.2015, foi publicado o Decreto nº 8.590, que aprovou o novo Estatuto Social da EMGEA com o novo valor do capital, devidamente registrado na Junta Comercial do Distrito Federal.

A divergência inicialmente levantada pela Assessoria Jurídica da CGU foi sanada em decorrência de posterior manifestação daquele Órgão, a qual foi corroborada pela Advocacia Geral da União – AGU em 15.3.2016.

A acima citada representação encontra-se ainda em exame no TCU e a Administração entende que terá êxito no desfecho do assunto.

23. Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados

a) Receitas com juros e similares

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Receitas de juros - saldo residual a receber do FCVS (i)	227.124	194.126
Receitas de juros - operações de crédito imobiliário (ii)	62.651	67.781
Receitas de juros - créditos comerciais (iii)	4.110	13.616
Receitas de atualização monetária - operações de crédito imobiliário (ii)	18.821	22.324
Receitas de atualização monetária - saldo residual a receber do FCVS (i)	41.869	19.295
Receitas de taxas, comissões e encargos moratórios (iv)	38.084	45.576
Total	392.659	362.718

(i) Referem-se aos valores de atualização monetária e a juros apropriados sobre o saldo a receber do FCVS de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros de até 6,17% ao ano.

(ii) Equivale à incidência de juros de taxa média ponderada de 7,29% ao ano para contratos firmados com pessoa física com cobertura do FCVS, de 9,79% ao ano para contratos firmados com pessoa física sem cobertura do FCVS, de 11,27% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica do setor privado, e de 5,18% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica do setor público. Para os contratos de crédito imobiliário de pessoa física com cobertura e sem cobertura do FCVS, transferidos a EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014, as taxas médias foram de 7,56% e 9,78% respectivamente. A atualização monetária é calculada de acordo com os diversos índices pactuados contratualmente (TR, LBC, POUP, e UPRD).

(iii) Referem-se aos valores de juros contratuais apurados sobre os saldos devedores dos créditos comerciais transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014.

(iv) Referem-se às taxas para cobertura de despesas de administração dos contratos recebida no encargo mensal, reconhecidas por regime de competência, e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso, relativas às operações de créditos imobiliários e comerciais.

b) Despesas com juros e similares

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Despesas com juros	(51.816)	(79.056)
Despesas com atualização monetária	(18.410)	(13.441)
Total	(70.226)	(92.497)

c) Ganhos (perdas) líquidos com ativos financeiros

i. Reversões (Provisões) líquidas

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa - operações de crédito imobiliário	34.756	64.476
Resultado da provisão para perdas na novação de créditos perante o FCVS	(67.485)	(39.044)
Total	(32.729)	25.432

ii. Descontos concedidos

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Operação de créditos Imobiliários	(70.753)	(95.159)
Com cobertura do FCVS	(6.699)	(10.780)
Sem cobertura do FCVS	(64.054)	(84.379)
Total Pessoa Física	(70.753)	(95.159)
Pessoa Jurídica	(534)	(337)
Total dos descontos	(71.287)	(95.496)

iii. Perdas com ativos financeiros

Descrição	31.3.2016	31.03.2015
Perdas operações de adjudicação/arrematação de imóveis	(16.230)	(13.867)
Perdas com créditos FCVS	(14.655)	-
Total	(30.885)	(13.867)

d) Ganhos (perdas) na recuperação de créditos adquiridos

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Receita de deságio créditos comerciais/imobiliário (i)	31.222	39.314
Receitas com renegociação de carteiras/débitos - agentes cedentes (ii)	67.532	40
Total	98.754	39.354

(i) Apropriação do deságio na recuperação dos créditos comerciais e imobiliários transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014, correspondente à diferença do valor recebido e o valor de aquisição do crédito.

(ii) Recebimento no primeiro trimestre de 2016 para quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas a resolução da condição *pro solvendo*.

e) Outras receitas (despesas)

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Outras receitas	5.539	9.458
Receitas de atualização monetária sobre indenizações de sinistro	4.110	5.890
Recuperação de despesas - mutuários em execução	797	986
Recuperação de saldos residuais - operações de créditos imobiliários	13	42
Receitas de financiamentos de vendas parceladas de imóveis	192	153
Recebimento créditos Caixa Fácil (i)	271	2.077
Receitas com atualizações monetárias sobre valores a receber	156	310
Outras despesas	(4.361)	(16.217)
Despesas de juros e atualização monetária - Fundo de equalização	(389)	(12.058)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis	(2.755)	(3.028)
Despesas com sobras e diferenças de prestações de créditos imobiliários	(1.021)	(996)
Despesas com manutenção/perdas e contribuições de créditos	(2)	(135)
Despesas com dedução de novação débito FCVS	(194)	-
Total de outras receitas (despesas) operacionais	1.178	(6.759)

(i) Refere-se à arrecadação na EMGEA da carteira comercial – Crédito Caixa Fácil adquirida na permuta de créditos realizada com a CAIXA em 30.9.2014.

f) Ganhos (perdas) líquidos com outros recebíveis

i. Receitas operacionais com outros recebíveis

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Valores a receber - FCVS	50	39
Valores a receber - IR retido indevidamente em repasse de recursos	1.968	1.711
Valores a receber - entes da federação	1.306	1.148
Remuneração intermediação de seguro habitacional	170	218
Total	3.494	3.116

ii. Provisão para perdas com outros recebíveis

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Provisão sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos	(1.968)	(1.711)
Provisão para perdas no desembolso com execução	(1.092)	(729)
Reversão (Provisão) para perdas sobre valores a receber de movimentação financeira - CAIXA	4.021	1.031
Provisão perda líquida definitiva	(64)	(192)
Reversão (provisão) para perdas - devolução de créditos a agentes cedentes	(99)	2.945
Total	798	1.344

g) Resultado com tributos a recuperar

O resultado de créditos com impostos e contribuições a recuperar inclui os valores de juros compensatórios calculados à taxa SELIC sobre o saldo dos impostos a recuperar.

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Juros compensatórios sobre tributos a recuperar (i)	3.484	11.924
Total	3.484	11.924

(i) A variação decorre da redução dos saldos de créditos tributários tendo em vista as restituições efetuadas pela RFB no período.

h) Resultado líquido com imóveis não de uso

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Lucro na alienação de imóveis não de uso	10.251	13.212
Receitas / Despesas com imóveis (condomínios, impostos, taxas e outras)	(6.737)	(7.827)
Tarifa com administração de imóveis não de uso	(2.117)	(2.186)
Provisão/reversão para desvalorização de imóveis não de uso	(1.909)	(6.144)
Despesas com laudo de avaliação	(957)	(871)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso	(990)	(524)
Total	(2.459)	(4.340)

i) Despesas administrativas

i. Despesas com pessoal

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Salários e gratificações	(2.462)	(2.270)
Encargos sociais (FGTS)	(315)	(208)
Provisão de Férias/13º salário e encargos	(696)	(585)
Honorários - Diretoria e Conselhos	(436)	(381)
Auxílio alimentação	(191)	(164)
Treinamento de pessoal	(19)	(53)
Assistência médica e social	(50)	(45)
Rescisões contratuais	(36)	-
Total	(4.205)	(3.706)

A EMGEA não dispõe de benefícios pós-emprego.

ii. Despesas com tributos

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
COFINS	(25.210)	(4.493)
PASEP	(4.561)	(975)
INSS	(615)	(563)
ISS	(8)	(11)
Total	(30.394)	(6.042)

O aumento das despesas com tributos decorre do restabelecimento a partir de julho de 2015, pelo Decreto nº 8.426 de 1.4.2015, das alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0,65% de PIS/PASEP e 4,00% de COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas Pessoas Jurídicas sujeitas sobre o regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

iii. Despesas com serviços de terceiros

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Tarifa de prestação de serviços – CAIXA (i)	(54.712)	(54.715)
Reembolso aos órgãos de origem – empregados cedidos	(3.703)	(4.386)
Serviços de terceiros (ii)	(2.158)	(1.927)
Total	(60.573)	(61.028)

(i) Referem-se às tarifas pagas à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA a EMGEA.

(ii) Referem-se basicamente aos valores pagos a auditoria independente, segurança da informação, administração, conservação e limpeza, primeiros socorros.

iv. Outras despesas administrativas

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(667)	(567)
Depreciação e amortização	(187)	(205)
Despesas gerais (seguro, cópias, associação de classe e outras)	(697)	(486)
Utilidades e serviços	(135)	(103)
Diárias de viagens	(34)	(47)
Passagens aéreas e rodoviárias	(37)	(10)
Propaganda, publicidade e divulgação	(17)	(3)
Reembolso hospedagem	(20)	(15)
Material de consumo	(14)	-
Segurança e medicina no trabalho	(10)	(9)
Taxas e contribuições locais	(6)	(5)
Total	(1.824)	(1.450)

j) Resultado financeiro

i. Receitas financeiras

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Receita de aplicações financeiras - Fundos de Investimento	12.159	8.421
Remunerações da CAIXA - repasses em atraso (i)	2.175	83.034
Receitas de aplicações financeiras - Títulos e valores mobiliários	-	176
Receita financeira Crédito Cessão Onerosa	1.389	777
Receita financeira - SELIC desembolso	13	7
Total	15.736	92.415

(i) Referem-se aos valores de atualização à taxa SELIC sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

ii. Despesas financeiras

Descrição	31.3.2016	31.3.2015
Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (i)	(2.574)	(4.667)
Despesa financeira com SELIC sobre JCP (ii)	(3.719)	(1.406)
Encargos sobre movimentação financeira - Cessão Onerosa	(40)	(31)
Encargos moratórios	-	(10)
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional (iii)	(7)	(4)
Tarifas bancárias e outras (iv)	(7)	(63)
Total	(6.347)	(6.181)

- (i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre devoluções à CAIXA de valores financeiros de prestação de contas.
- (ii) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC dos Juros sobre Capital Próprio.
- (iii) Refere-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à Seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.
- (iv) Refere-se a tarifas bancárias, atualização SELIC sobre permuta com Secretaria Tesouro Nacional - STN e atualização sobre PLR dos diretores.

24. Remuneração a colaboradores

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da Administração, formado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, são apresentados como segue:

Em R\$1,00

Descrição	1° Trimestre/2016	31.12 2015	1° Trimestre/2015
Comissionados			
Maior remuneração	21.342,65	21.342,65	20.230,00
Menor remuneração	5.157,89	5.157,89	4.889,00
Remuneração média	10.545,98	10.545,98	10.096,00
Dirigentes			
Presidente	40.594,46	40.594,46	38.846,37
Diretoria:			
Maior remuneração	38.661,39	38.661,39	36.996,55
Menor remuneração	38.661,39	38.661,39	36.996,55
Remuneração média	39.048,00	39.048,00	37.366,51
Conselheiros			
Conselho Fiscal	4.230,20	4.230,20	4.048,04
Conselho de Administração	4.230,20	4.230,20	4.048,04

25. Partes relacionadas

a) Controlador

O controlador da EMGEA é a União, que detém a participação da totalidade do capital social.

b) Operações com administradores

Em R\$1,00

Descrição	1° Trimestre/2016	1° Trimestre/2015
Honorários		
Diretoria Executiva (i)	320.382,67	291.301,88
Conselho de Administração	63.453,00	50.600,50
Conselho Fiscal	38.071,80	36.432,36
Total	421.907,47	378.334,74

- (i) Os valores informados referem-se a honorários, férias e gratificação natalina.

c) Transações com partes relacionadas

i. Entidade/Operações

Entidades/operações	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
	31.3.2016	1° trimestre/2016	31.12.2015	1° trimestre/2015
Secretaria do Tesouro Nacional				
Juros sobre capital próprio (i)	(117.973)	(3.719)	(114.253)	(1.406)
Fundos e Programas				
FCVS (ii)	11.041.028	186.659	10.776.660	174.340
FGTS (iii)	(4.000.834)	(69.650)	(4.424.964)	(91.612)
FDS (iii)	(1.664)	(10)	(1.773)	(15)
Caixa Econômica Federal				
Depósito à vista (iv)	403	(7)	481	(63)
Valores a receber (iv)	27.145	3.572	35.350	83.817
Prestação de serviços (iv)	(20.242)	(56.829)	(27.412)	(56.901)
Valores a pagar (iv)	(22.446)	(2.613)	(24.574)	(4.699)
Aplicações financeiras (v)	224.557	9.089	326.835	4.820
Ajuste de Cessão (vi)	(25.752)	(567)	(31.319)	(870)
Banco do Brasil S/A				
Depósito à vista (iv)	365	-	427	-
Aplicações financeiras (v)	92.403	3.070	136.902	3.602

(i) Valor dos juros sobre capital próprio ou dividendo mínimo obrigatório, calculado no percentual de 25%, consoante Art. 31 do Estatuto Social.

(ii) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa referencial de Juros (TR).

(iii) A Empresa assumiu dívidas de longo prazo perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 5,03% ao ano (FGTS) e 0,5% ao ano (FDS).

(iv) A EMGEA realiza transações bancárias com a parte relacionada, como depósitos em conta corrente, movimentação financeira objeto de prestação de contas, remuneração por serviços prestados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA, para administração dos contratos de crédito imobiliário e administração e venda de imóveis não de uso.

(v) A EMGEA aplica suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios por intermédio do Banco do Brasil (BB DTVM) e da CAIXA, que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas no mercado.

(vi) Passivo assumido perante a CAIXA após o equacionamento das pendências decorrentes do Ajuste de Cessão. Conforme previsto contratualmente, esse saldo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 6,06% ao ano.

d) Reembolso de empregados cedidos

Órgão de origem	1° Trimestre/2016	1° Trimestre/2015
Caixa Econômica Federal - CAIXA	3.380	3.997
Banco do Brasil - BB	156	284
Controladoria Geral da União - CGU	79	79
Previdência Social - INSS	9	26
Secretaria Tesouro Nacional - STN	79	-
Total	3.703	4.386

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarcie integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem.

26. Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento dos riscos é estruturado com base em política, aprovada pelo Conselho de Administração, além de normas e procedimentos, em consonância com as exigências legais e regulamentares e com as melhores práticas de mercado.

Em um primeiro nível, cada uma das unidades organizacionais, e seus respectivos gestores, são responsáveis por identificar e monitorar os riscos inerentes à sua área de atuação, bem como por implementar as ações de controle destinadas a mitigar esses riscos. Dessa primeira linha de defesa fazem parte todas as unidades organizacionais, sem exceção.

Já em um segundo nível, a Empresa conta, em sua estrutura organizacional, com uma unidade especialmente dedicada à gestão de riscos, controles internos e conformidade, segregada das unidades de negócio ou de suporte.

Com funções independentes em relação à primeira linha de defesa, essa unidade é responsável por coordenar a identificação, a avaliação, o tratamento e o monitoramento dos riscos corporativos.

Em um terceiro nível, já totalmente independente das atividades de gestão, a Empresa possui uma unidade de auditoria interna, vinculada diretamente ao Conselho de Administração. A Auditoria Interna realiza avaliações que abrangem, inclusive, a atuação das unidades que atuam em primeiro e segundo nível e reporta os resultados à administração.

Descrevemos, a seguir, os principais riscos sob os quais a EMGEA está exposta e quais as medidas adotadas para gerenciá-los.

a) Risco Financeiro

O risco financeiro consiste na possibilidade de ocorrência de eventos que comprometam a saúde financeira da Empresa, sendo os principais os de liquidez e de mercado.

i. Liquidez

O risco de liquidez está associado a eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos.

O fluxo de caixa, projetado anualmente, é acompanhado diariamente pela Superintendência Financeira, e gerido pela Diretoria de Pessoas e Logística, o que permite a adoção de medidas preventivas para a mitigação do risco de falta de recursos.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de liquidez da Empresa são reportados em todas as reuniões da Diretoria Executiva e mensalmente aos Conselhos de Administração e Fiscal.

O risco da liquidez da Empresa também é acompanhado pela União (Acionista Controlador), por meio do Programa de Dispêndios Globais (PDG) elaborado e aprovado anualmente.

Está em andamento a renegociação das obrigações perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que quando formalizada contribuirá para a redução do risco de liquidez a partir do segundo semestre deste ano.

ii. Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação em taxas de juros e nos preços de ativos financeiros.

Considerando o modelo estatístico do Valor em Risco (VaR - Value at Risk) – que sintetiza a maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de 1 dia e com nível de confiança de 95% –, o risco de taxas de juros para os itens “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” não produz impacto relevante sobre os resultados.

No tocante aos demais itens do Balanço, a exposição ao risco de taxa de juros está relacionada à flutuação da Taxa Referencial de Juros – TR. Como a soma dos itens do Ativo expostos à TR é em média 3 vezes maior que a soma dos itens do Passivo expostos ao mesmo indexador, a flutuação da TR não tem impacto negativo.

b) Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, sendo os principais os de carteiras e de terceiros.

i. Carteiras

O risco de carteiras está associado a possibilidades de perdas decorrentes dos seguintes fatores:

- **concentração:** exposições significativas a uma contraparte ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns;
- **contraparte:** não cumprimento de obrigações contratuais pela contraparte;
- **qualidade do crédito:** degradação da qualidade do crédito, atribuída à contraparte; e
- **garantia:** inexistência ou degradação na qualidade das garantias recebidas.

A concentração se deve ao fato de que os ativos da EMGEA são constituídos em

maior parte por créditos imobiliários perante o FCVS. (Nota 1)

Com o objetivo de efetuar a novação desses créditos, a EMGEA atua no tempestivo atendimento às normas e procedimentos definidos em regulamento daquele Fundo (Lei nº 10.150/2000). (Nota 10)

Os fatores de contraparte, qualidade do crédito e garantia são inerentes às atividades da EMGEA e são controlados a partir de definição de políticas e regras específicas e avaliações periódicas dos resultados apresentados.

ii. Terceiros

Os serviços de administração, contabilização, jurídicos e de engenharia das carteiras de créditos da EMGEA são realizados por apenas uma empresa prestadora de serviços. Em virtude disso, o risco de concentração operacional é alto.

Como forma de mitigar perdas associadas a esse risco, a EMGEA mantém controles por carteiras e tipos de serviços, a partir de acordos de nível de serviço monitorados por fiscais, que avaliam os serviços prestados mensalmente.

c) Risco Legal

O risco legal contempla as possibilidades de sanções em decorrência de descumprimento de dispositivos legais.

Está em andamento, no âmbito do Tribunal de Contas de União – TCU, Representação que questiona a redução do capital social da EMGEA, efetivada em 2012. A EMGEA tem tempestivamente apresentado ao TCU todas as informações e os documentos que embasaram a medida. (Nota 22)

27. Evento Subsequente

Com base na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 809/2016, de 10.5.2016, está prevista para o exercício de 2016, operação de renegociação de parte da dívida da EMGEA perante o FGTS. Em virtude dessas tratativas, foram suspensos pela EMGEA a partir de maio de 2016, os pagamentos das prestações mensais destas obrigações em processo de renegociação.

Roberto Meira de Almeida Barreto
Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado
Diretor

Carlos Eduardo da Silva Monteiro
Diretor

Euclides Renato Deponti
Diretor

Eugen Smarandescu Filho
Diretor

Marilene Beatriz Brum Paiva
Chefe de Contabilidade
Téc. Cont. CRC MG 076097/O-2 S DF



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Ao Conselho de Administração e aos diretores da
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA
Brasília - DF

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA ("Empresa"), em 31 de março de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração Empresa é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.



Ênfase

Créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a EMGEA possui créditos a receber do FCVS originados de contratos de financiamentos habitacionais. Em 31 de março de 2016, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS e ainda não homologados totalizam R\$ 623.305 mil (R\$ 664.076 mil em 31 de dezembro de 2015), e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos contidos na regulamentação do FCVS. Adicionalmente, a realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 10.417.723 em 31 de março de 2016 (R\$ 10.112.584 mil em 31 de dezembro de 2015), está condicionada ao processo de novação, conforme previsto pela Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O balanço patrimonial correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentado para fins de comparação foi auditado em conjunto com as demais demonstrações financeiras do exercício cujo relatório emitido sem modificação e com mesma ênfase mencionada no período corrente foi emitido em 4 de abril de 2016. Não foram examinadas por nós nem por outros auditores independentes as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de março de 2015, bem como as notas explicativas relacionadas ao período e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre elas.

Brasília, 29 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6